

EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA E PSICOPATOLOGIAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

EDUCATION FOR MEDIA AND PSYCHOPATHOLOGIES: A POSSIBLE DIALOGUE

Rafael Santos Barboza, Dinamara Garcia Feldens

Resumo

Este trabalho visa identificar e analisar as possibilidades da educação para a mídia no que se refere ao desenvolvimento de uma reflexão acerca do discurso da imprensa sobre determinados temas que envolvem o universo da saúde mental. Salienta-se a necessidade de criar discussões a respeito das diferenças humanas no âmbito da diversidade e da pluralidade, fugindo da normatividade e da serialização de indivíduos homogêneos. Concluímos que os currículos escolares necessitam problematizar a questão das psicopatologias na contemporaneidade dentro do universo educacional, sendo a educação para a mídia um campo possível para que essa reflexão passe a ser mobilizada.

Palavras-chave

Educação; comunicação; psicopatologia.

Abstract

This article aims to identify and analyze the possibilities of media education in relation to the development of a reflection on the press discourse about certain issues involving the universe of mental health. It emphasized the need to create discussions about the space of human differences within the diversity and plurality, fleeing the normativity and serialization of homogeneous individuals. We conclude that school curriculums need to problematize the issue of psychopathology in contemporary within the educational universe, being that media education is a possible field to start mobilizing this reflection.

Keywords

Education; communication; psychopathology.

Rafael Santos Barboza

Universidade Tiradentes

Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Sergipe. Graduando em Psicologia pela Universidade Tiradentes.

Dinamara Garcia Feldens

Universidade Tiradentes

Licenciatura em História, Mestrado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS e Doutorado em Educação pela UNISINOS, com bolsa sanduíche na Universidade Sorbonné (França). Possui pós-doutorado pela Universidade Complutense de Madrid na área de Filosofia da Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.

Introdução

Buscaremos desenvolver neste trabalho uma aproximação entre a educação para a mídia e suas possíveis contribuições direcionadas às discussões e reflexões críticas referentes à participação dos conteúdos midiáticos na forma como compreendemos as psicopatologias ou mesmo ao modo como as vivenciamos em um âmbito atual. Em relação à produção midiática, a ênfase será direcionada ao discurso jornalístico. O objetivo proposto é investigar as possibilidades que essa prática possui de oferecer uma melhor compreensão acerca dos dispositivos que nos fabricam, dando conta da rede de discursos e de poderes existentes no conteúdo da imprensa, substituindo a mera recepção de informações por um ato de reflexão (BELLONI, 2001, p.8)

O aparecimento do tema da saúde mental no universo do jornalismo propaga-se para dimensões mais amplas que rompem tanto com a esfera exclusivamente científica quanto com a esfera midiática, cruzando problemáticas diversas, a exemplo dos conceitos atuais de normal e patológico, das representações do adoecimento mental, dos modos contemporâneos de gerir o sofrimento psíquico, entre outros assuntos relevantes. Assim, as psicopatologias são temas recorrentes da produção midiática na nossa contemporaneidade. Caldas (2006) reforça que, levando em conta o panorama atual e a mídia como fundamental influência na formação/desformação dos sujeitos, "não há mais como negar a importância de pesquisas integradas entre esses dois campos de estudo" (p.118).

Tendo em vista a tendência de atitude em que o bem-estar mental é encarado como uma questão de responsabilidade individual do próprio sujeito, o qual se vê confrontado a sós com seus próprios riscos (DO VALE, 2012; CLAIR, 2012), os veículos de imprensa noticiam informações e conteúdos como supostas ferramentas de auxílio para o melhor estado de saúde mental dos indivíduos, algo que Saint Clair (2012) apontou em sua pesquisa como um tom de narrativa prescritivo que leva o leitor a acreditar que quanto mais se consome esse tipo de conteúdo, mais protegido dos perigos dessas enfermidades.

Para fins de organização conceitual, destacamos inicialmente as diferenças existentes entre "educação com a mídia" e "educação para a mídia". A primeira refere-se ao papel educativo da mídia, enquanto a segunda, sobre a qual nos debruçaremos neste trabalho, possui sua fundamentação na leitura crítica dos conteúdos midiáticos, opondo-se a uma recepção irrefletida e mecanizada daquilo que é veiculado nos meios de comunicação. Destacamos, por outro lado, que essa distinção é elaborada para fins de clareza teórica, afinal de contas, é impossível desconiliar uma discussão acerca da necessidade de se pensar criticamente a mídia com seu respectivo apelo educacional na construção de formas de se perceber e experimentar o real. Vale lembrar ainda que as noções, estratégias, prismas e instrumentos que abarcam o conceito de educação para a mídia também podem ser denominados, em sentidos similares, através das expressões educomunicação e mídia-educação.

Para Belloni (2002, p.30) a pergunta básica proposta pelos estudos da educomunicação é a seguinte:

[...] como os indivíduos, especialmente os jovens, apreendem, interpretam e re-elaboram (apropriam-se como ferramentas, meios de expressão) as mensagens, consideradas em seus dois elementos essenciais e indissociáveis, a forma e o conteúdo, ou a ética e a estética? Não se trata apenas de compreender a influência dos conteúdos, mas de tentar identificar os efeitos das formas, que são novas formas de aprender.

De acordo com Lopes (2011, p.22), a educação para a mídia ocorre em contextos formais (como na escola, em que ocorre um processo de ensino e aprendizagem geralmente sistematizado), não formais (fora do sistema formal institucionalizado) e informais (de aspecto contínuo e cotidiano). Neste trabalho, damos atenção à educação para a mídia no contexto formal e institucionalizado do ambiente escolar, levando em conta, no entanto, que as outras instâncias participam ativamente desse processo.

Entendemos que mais do que simplesmente demonizar o poder dos veículos de mídia é preciso desenvolver e incentivar o pensamento crítico das suas práticas, modos de produção e narrativas. O papel do jornalismo em nossa sociedade e sua interferência nos processos de subjetivação não deve ser subestimado ou ignorado. Ademais, a educação para a mídia não é um luxo ou uma habilidade específica para poucos, mas um direito universal, como afirmam Lopes (2011, p.21) e Belloni (2001, p.5).

A discussão da mídia seria relevante na esfera educacional na medida em que “sujeitos que não possuem a habilidade crítica para impedir a reprodução irrefletida de determinados valores presentes no noticiário midiático acabam se tornando politicamente dóceis” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083). Paralelamente, a forma como percebemos o sofrimento psíquico através das psicopatologias também é fundamental para compreendermos os processos de produção de singularidades e coletividades que estão em andamento na atualidade.

Destaca-se, entretanto, que a discussão em torno da educação para a mídia está diretamente vinculada à questão do currículo escolar. O currículo é entendido aqui como um instrumento de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos acumulados, bem como de socialização sob a base de determinados valores (MOREIRA, 1997, p.11). Para Silva, o currículo está “envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade” (2007, p.15).

A experiência escolar, por outro lado, não se restringe à programação do currículo, pois “tal como a educação, as outras instâncias culturais também têm uma 'pedagogia', também ensinam alguma coisa” (SILVA, 2007, p.139), o que nos remete à noção de currículo oculto, cuja experiência complexifica o processo educacional como um todo, ao considerar aspectos que vão além do currículo oficial, mas que contribuem para a aprendizagem social (MOREIRA, 1997, p.14). O material midiático, dessa forma, seja ele de caráter educacional ou de entretenimento e lazer, está vinculado a relações de poder, igualmente vitais “na formação da identidade e da subjetividade” (SILVA, 2007, p.140).

A partir daqui, discutiremos possibilidades de aproximação entre educação, mídia e saúde mental.

Perspectivas da educação para a mídia

O recorte conceitual da noção de mídia aqui é entendido como os meios de comunicação que fazem circular material informacional e simbólico no social. Nesse sentido, segundo Bevort e Belloni (2009, p.1083):

[...] as mídias são importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, de aprender, de produzir e difundir conhecimentos e informações.

Convém, nesse momento, lembrar que o conceito foucaultiano de discurso se dá de forma heterogênea e que a ação estratégica dos dispositivos

está sempre implicada em processos de subjetivação, ou seja, em produção de sujeitos (AGAMBEN, 2009), interferindo, de tal forma, na identidade dos indivíduos.

A mídia oferece uma experiência canalizada que impacta em nossa autoidentidade e nas configurações das relações da sociedade (GIDDENS, 2002, p.12). Seguindo essa mesma reflexão, o conteúdo midiático apresentaria “um fluxo heterogêneo, senão estilizado, de dados significativos da existência” (SODRÉ, 2002, p.54).

Motta (2003, p.27) afirma que os relatos noticiosos interferem em um universo que vai além do seu uso informativo imediato, pois é capaz de estabelecer dimensões cognitivas e simbólicas formadoras de crenças, valores morais, estéticos e ideológicos, trazendo uma série de intencionalidades, mesmo que de forma indireta ou implícita. Neste trabalho, direcionamos o conceito de educação para a mídia para a problemática do discurso jornalístico, diferenciando-o de outros discursos, como o publicitário ou científico, por exemplo. Traquina (2005) elenca alguns valores que historicamente norteiam a prática jornalística, como: a) liberdade – ligada à necessidade de independência e autonomia; b) a verdade – que traz estima à profissão; c) a objetividade – série de procedimentos para assegurar a credibilidade da sua produção.

O ato de aprender é entendido aqui como um encontro que resultaria em múltiplas aprendizagens diferentes. A educação para a mídia, em consonância com essa questão, ao recorrer a um pensamento reflexivo e crítico, poderia auxiliar nas possibilidades dos encontros que potencializam, no sentido de uma criação e nunca uma repetição ou reprodução. Nesse sentido, a educação deve justamente ir de encontro à objetificação do sujeito e à sua passividade política, valorizando o conhecimento autônomo e o potencial do aluno de discutir, pensar e criar dentro de um espaço de coletividade e de interlocução. Essa perspectiva se insere dentro de uma visão da educação que vai além do processo diretivo de absorção de conhecimentos indiscutíveis.

A construção da realidade efetuada na elaboração do material jornalístico é, em diversos momentos, encarada como um lançar de luzes à verdade, uma imitação dos fatos tal como ocorreram (e ocorrem) ou uma explicação crível acerca dos fenômenos humanos, históricos, políticos e sociais. Ao se trabalhar temas ditos científicos, a exemplo do campo da psicopatologia, essa fidedignidade à produção da verdade é supostamente reforçada e reafirmada em uma relação simbiótica entre os veículos de imprensa e a ciência. Os resultados e produtos das investigações científicas rapidamente rompem as barreiras do ambiente acadêmico para se inserirem no imaginário individual e coletivo, tornando-se parte da cultura e trazendo repercussões ao nosso cotidiano (TUCHERMAN; RIBEIRO, 2006).

Na sua abordagem sobre os diversos elementos que se relacionam entrelaçadamente na perspectiva dos jogos de poder, como os discursos, as instituições, as proposições morais, os enunciados científicos, entre outros, Foucault se dispunha do termo dispositivo na perspectiva de um conjunto de estratégias condicionantes e condicionadas de relações de força. O dispositivo possui uma função operativa, sendo compreendido por Agamben (2009, p.41) como tudo aquilo que possui capacidade de interceptar, captar, determinar e modelar as condutas, opiniões, gestos e discursos dos sujeitos, citando como exemplos desde a própria linguagem até as prisões, manicômios e aparelhos tecnológicos.

A produção da mídia é uma das práticas discursivas que possibilita a inscrição do universo das psicopatologias no espaço social. Essa inscrição não é feita com um olhar neutro e irrefletido, mas inserida em processos de poder. As designações psicopatológicas estão em dinâmica transformação histórica e cultural, sendo o jornalismo uma das instâncias responsáveis por

essa movimentação ao levá-las para o ambiente público. Como lembra Foucault (1982, p.12):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Quando tratamos de educação para a mídia, deslocamos o foco do uso pedagógico ou didático dos veículos midiáticos para dar atenção à leitura crítica desses conteúdos e dos contextos envolvidos. De acordo com Lopes (2011, p.3), o termo teria surgido pela primeira vez nos anos 30 do século XX, mas as ideias nesse campo se inflamaram a partir dos anos 60. Tal interesse inicial para a problemática partiu de discussões acerca dos perigos da influência ideológica e da tentativa de padronização de indivíduos estandardizados (BEVORT; BELLONI, 2009, p. 1085).

Para Moreira (1997, p.25), a perspectiva de um processo pedagógico desafiador “reforça o caráter político da educação e revaloriza o papel da escola e do currículo no desenvolvimento de um projeto de transformação social”. A educcomunicação, assim, seria necessária “justamente porque cabe à escola tentar fazer a análise crítica do que é repassado através dos meios de comunicação” (GAIA, 2001, p.41). De tal maneira que ignorar o papel da mídia no processo educacional não minimiza os seus efeitos. Sobre as possibilidades do trabalho prático com o material jornalístico dentro da sala de aula, destacamos a obra de Maria Faria e Juvenal Zanchetta Jr. (2002), resultado de experiências em escolas públicas no estado de São Paulo entre 1995 e 2000.

Na concepção de Baccega (1997), o ambiente escolar constitui-se como um espaço em que o aprendiz “desenvolve a capacidade de interrelacionar informações construindo e reconstruindo conhecimentos” (p.43). Dito isso, a habilidade de ler criticamente o discurso midiático seria imprescindível ao pensarmos nas articulações entre jornalismo e educação. É preciso, de tal modo, compreender que a escola não é o único agente social formador, complexificando os papéis tradicionais direcionados à instituição. Ainda segundo Baccega, o que se constitui é um sólido amálgama de construção de sentidos sociais (2007, p.69).

Os obstáculos para a presença de uma avaliação crítica da imprensa no ambiente educacional passam pela inexistência da discussão durante as formações iniciais de docentes, a escassez de políticas públicas que incentivem essa reflexão, o uso de fórmulas e receitas prontas para desenvolver a questão, a visão apocalíptica dos veículos de comunicação que omite sua discussão dentro da sala de aula e, por último, a integração educacional das novas tecnologias de comunicação e informação em um enfoque exclusivamente instrumental e técnico (BÉVORT; BELLONI, 2009, p.1083).

Mídia e psicopatologias: Tensões e relações

As noções de psicopatologia não consistem em blocos estáveis e imutáveis, mas se elaboram em sua multiplicidade, dispersão e dinamicidade constante (PEREIRA, 1978). Ceccarelli (2005, p.371) em seu trabalho sobre como o contexto histórico decompõe o sofrimento psíquico com objetivos de classificação, estudo e tratamento, define o termo psicopatologia da seguinte forma:

A palavra "Psico-pato-logia" é composta de três palavras gregas: "psychê", que produziu "psique", "psiquismo", "psíquico", "alma"; "pathos", que resultou em "paixão", "excesso", "passagem", "passividade", "sofrimento", "assujeitamento", "patológico" e "logos", que resultou em "lógica", "discurso", "narrativa", "conhecimento". Psico-pato-logia seria, então, um discurso, um saber (logos) sobre a paixão (pathos) da mente, da alma (psiquê). Ou seja, um discurso representativo a respeito do pathos psíquico; um discurso sobre o sofrimento psíquico, sobre o padecer psíquico.

Dentro do contexto histórico do surgimento e desenvolvimento desse campo como uma disciplina organizada, ocorreu e ocorre uma série de continuidades, descontinuidades, tensões e rupturas, a exemplo das postulações de Freud acerca do sujeito do desejo e das implicações do inconsciente ou mesmo do fortalecimento de movimentos sociais como o feminismo e a luta contra a homofobia, igualmente importantes na construção daquilo que se pensa sobre as psicopatologias e a experiência do sofrimento psíquico.

A ideia do que é saúde e do que é enfermidade mental, portanto, não nasceu pronta e muito menos está acabada. As psicopatologias não existem fora do sujeito e, assim, consideramos que as matérias e reportagens jornalísticas falam sobre eles, fabricando significados e sentidos dentro da conflituosa relação entre *pathos* e saúde no meio social. Foucault (1975, p.40) nos auxilia no entendimento dessa reflexão ao assinalar que “a maneira pela qual um sujeito aceita ou recusa sua doença, o modo pelo qual a interpreta e dá significado a suas formas mais absurdas, tudo isso constitui uma das dimensões essenciais da doença”.

O adoecer e a normalidade ou suposta saúde psíquica é hoje objeto de uma variedade de campos e disciplinas científicas (CECCARELLI, 2005, p.373), o que ilustra a irredutibilidade desse fenômeno a apenas um modelo explicativo ou descritivo. O entendimento sobre os transtornos mentais não está, de tal maneira, depositado exclusivamente em um segmento único da ciência. Por outro lado, existe o apontamento atual de que “vivencia-se a soberania epistemológica da biologia e sua aplicação no mundo ocidental de forma pouco reflexiva e crítica” (HENRIQUES, 2012, p.59).

A racionalidade biomédica e sua expansão estaria envolvida na transformação da subjetividade em uma materialidade corpórea, uma espécie de fetiche ou boneco em que poderíamos eliminar o que não queremos e adicionar o que é mais funcional para o desempenho. De acordo com Simone do Vale (2012, p.18):

Na cultura contemporânea, portanto, os discursos biomédicos em sua forma mediatizada passaram a sustentar a crença na possibilidade de correção para todos os males e imperfeições, incitando os indivíduos à responsabilidade moral do cuidado de si por meio da aquisição de serviços, fármacos, técnicas e conhecimentos do campo da saúde.

A cultura medicalizante atual possui grande influência, inclusive nos próprios espaços educacionais. Um exemplo é a questão do transtorno de déficit de atenção e o consequente aumento de vendas de fármacos como a ritalina, atuante em processos químicos de atenção e concentração do cérebro, abafando a complexidade e a riqueza do psiquismo das crianças e adolescentes ao reduzir dificuldades de aprendizagem a uma simples disfunção neuroquímica.

Seguindo essa reflexão, acreditamos que a mídia é uma influência presente e constante no modo de vivenciar a saúde e a doença mental na nossa contemporaneidade, fazendo parte ainda do jogo de constituição em movimento das psicopatologias, a qual, como já vimos, está sempre subme-

tida a uma relação múltipla de forças. Seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que a leitura de uma matéria relacionada à saúde mental e ao bem-estar psíquico ou, o seu oposto, à enfermidade psíquica, ativa processos de subjetivação diversos em meio a uma encruzilhada de sentidos e valores. Nesse ponto, atentamos para a positividade do conceito de poder em Foucault, ou seja, uma força que não apenas reprime e nega, mas uma construção positiva, produtora de discursos e de sujeitos.

Entendem-se, assim, os veículos de mídia como dispositivos, ou seja, um conjunto estratégico inscrito em relações de poder-saber que implica em processos de subjetivação do indivíduo (AGAMBEN, 2009, p. 40). Não existe, de tal maneira, por parte da produção midiática, o espelhamento da realidade, mas uma formação de prismas para se enxergar a si e ao mundo ao redor (GIDDENS, 2002, p.32). O que a educomunicação busca, portanto, é o desenvolvimento de uma leitura crítica do mundo editado pela mídia, indo além de sua aparência de neutralidade (CALDAS, 2006, p.122).

Tecendo conexões entre Jornalismo, Psicopatologias e Educação

É sabido que a construção social orientada aos veículos jornalísticos induz à legitimação dessas mídias como fontes seguras de conhecimento, mesmo que a realidade da produção jornalística – inclusive aquela que está sob o crivo científico – expresse uma realidade correspondente a uma miscelânea de símbolos, imagens e representações, construída em um processo interativo de influências, forças e negociações (AUGUSTI, 2005, p.52).

Tucherman, Cavalcanti e Oiticica (2010) expuseram a relação simbiótica entre mídia e divulgação científica ao afirmar que os veículos de comunicação ganham credibilidade e prestígio ao tratar de temas ditos sérios e pertencentes ao pensamento sistemático da ciência. Concomitantemente, a ciência recebe a certificação do conteúdo jornalístico, o qual é legitimado socialmente. É dessa forma que, fornecendo periodicamente capital informativo sobre as características, perigos e novidades em relação às psicopatologias, as publicações de imprensa disponibilizam o suposto serviço ao seu leitor de deixá-los a par de algo que assume uma posição de ameaça – riscos das psicopatologias, por exemplo.

A construção de uma ponte investigativa entre mídia, educação e saúde mental reforça a importância de se discutir os papéis da instituição de imprensa na sociedade e suas implicações nas transformações dos modos de vida e de identidade. Na seara do jornalismo científico - cuja função educativa e de publicização de novidades científicas é posta em relevo - o profissional da imprensa interpreta - a seu modo, mas igualmente regido por uma série de forças - a “polissemia de vozes” (CALDAS, 2003) e discursos acerca das psicopatologias e dos temas da saúde mental, muitas vezes simplificando a complexidade da questão em nome de uma comunicação mais rápida e direta. Em uma pesquisa quanti-qualitativa (AMORIM; MASSARANI, 2008, p.82) publicada a partir de um estudo com três jornais brasileiros - O Globo, Folha de São Paulo e Jornal do Commercio (Pernambuco) -, os autores identificaram em sua investigação a baixa presença de controvérsias no conteúdo desses veículos em sua abordagem científica, indicando um aspecto superficial no tratamento temático.

Nascimento (2008, p.6) traz algumas reflexões relativas à divulgação científica (DC) e às possibilidades do exercício crítico para pensar esse conteúdo dentro do âmbito educacional:

O conceito de DC pode sim ser, e na verdade é, polissêmico. Não há problemas nisso. A questão é o professor ter claro o que ele considera como sendo DC e qual a perspectiva em que ele pretende trabalhar a DC no ensino formal (formação de professores, *idem*). Por isso, considero importante romper com essa ideia naturalizada do que seja DC (o conceito está 'dado' e por isso não precisamos discuti-lo) e problematizar este conceito.

A credibilidade concedida à ciência e à mídia pode fazer com que essas produções sejam interpretadas como verdades inquestionáveis. Dentro do quadro da saúde mental, algumas questões problemáticas acabam surgindo, como a espetacularização de determinados quadros psicopatológicos, a reelaboração de velhos preconceitos e a construção de novos estigmas, a supervalorização do maquinário de tecnologia cerebral para compreender as dimensões da existência humana, entre outros pontos importantes. Por isso, é fundamental a noção de que "ao capacitar professores para a utilização da mídia na escola, é necessário compreender as armadilhas da linguagem com suas múltiplas potencialidades" (CALDAS, 2006, p.124).

Seguindo esse raciocínio, compreendemos que tornando os aprendentes mais criticamente aptos a ler as matérias e reportagens dos noticiários – tanto do meio impresso, televisivo ou na web – o indivíduo capacita-se a perceber de maneira mais nítida os discursos de saber-poder presentes no texto e no contexto da produção jornalística. A habilidade desenvolvida em perceber os modos de subjetivação presentes no noticiário midiático quando este traz questões ligadas à saúde mental torna-se, então, uma ferramenta para a educação emancipadora, a partir da discussão acerca da integralidade do sujeito e da pluralidade do outro com o qual convive.

Considera-se, dessa maneira, que a construção midiática deve dar conta da pluralidade e riqueza da subjetividade humana, não sendo esse um recurso narrativo de luxo no conteúdo jornalístico acerca das psicopatologias, mas justamente a sustentação da natureza desse material. De um mesmo lado, esses aspectos merecem ser trabalhados no âmbito da educação, afinal, contempla processos de subjetivação que permeiam diretamente as relações humanas e os modos de ser e de existir no mundo.

É importante salientar que não existe uma visão única acerca da saúde mental na mídia ou um modelo jornalístico exclusivo de se refletir acerca das questões que envolvem as patologias psíquicas. Os variados veículos midiáticos possuem suas especificidades e exclusividades, a exemplo da linha editorial divergente e suas estratégias de produção de conteúdo diferenciadas. É plenamente possível, dessa forma, encontrar textos jornalísticos que não estão em consonância com os valores e demandas socioculturais da contemporaneidade. A teia de relações estabelecida entre mídia, saúde mental, sociedade e sujeitos se dá de forma complexa e heterogênea.

Considerações finais

Compreendemos que a aproximação da educomunicação com a saúde mental aponta para um currículo escolar e um ambiente educacional eliciadores de experiências que estimulam olhares multidimensionais acerca do sofrimento psíquico e da singularidade do sujeito. Esse campo de investigação relaciona-se intimamente com a natureza estratégica do saber-poder jornalístico e sua influência na experiência individual humana e no corpo social. Os discursos sobre as psicopatologias elaborados nos noticiários contêm em si modos específicos de fabricar subjetividades. Rompendo a esfera da doença mental, muitas vezes dizem respeito à própria condição humana, seus sentimentos, desejos e conflitos, inseridos na dinâmica dos modos de subjetivação.

A partir do momento em que a narrativa dos veículos jornalísticos veicula significados sobre as psicopatologias, ela também está compondo sujeitos, seus padrões de normalidade e desvios, interferindo assim na experiência íntima do sujeito consigo e com o mundo ao redor, influenciando as próprias características e configurações da contemporaneidade. A investigação midiática, no que se refere aos temas inseridos dentro da dimensão das psicopatologias, é, portanto, capaz de desnudar aspectos que dizem respeito à trama do existir.

Diante dessas condições, apresenta-se como necessária uma produção jornalística mais crítica, inclusive frente às publicações científicas, não deixando conduzir-se por elas de forma irrestrita, afinal de contas, a própria ciência possui um caráter de renovação e de autoexame frequente. É sabido que o conteúdo midiático - entre outras instâncias - habita os temores do sujeito contemporâneo, seus desejos, angústias, preocupações e visões de mundo. No que concerne à cobertura das psicopatologias, o questionamento e o incentivo à reflexão desse conteúdo midiático pode ser uma ferramenta para impedir uma naturalização irrefletida do que os veículos de imprensa constroem, ao buscar investigar as possíveis consequências e desdobramentos da sua prática.

A educação para a mídia busca camadas mais profundas de leitura em relação à produção desses veículos e por isso possui implicações e possibilidades diretas com o campo da saúde mental. Dentro de um contexto educacional, entendemos que sua inserção possibilita o desestímulo de uma recepção irrefletida de valores e enquadramentos contidos nas linhas e entrelinhas do conteúdo veiculado. A necessidade de discutir cada vez mais o que se diz acerca do adoecimento psíquico justifica-se em razão da influência desse tipo de conhecimento no modo como as pessoas vivem seus desejos, anseios, medos, preconceitos e fantasias.

De tal maneira, a educação para a mídia convida professores e alunos a manterem posturas mais críticas frente aos discursos produzidos e disseminados, invocando perspectivas mais ricas de contextualização. O desenvolvimento desse espírito crítico dentro do espaço escolar pode levar a outras formas de pensar a questão do sofrimento psíquico, em uma dimensão que vai além da racionalidade biomédica.

A partir das incursões realizadas entre os campos da educação, da saúde mental e da instância midiática, concluímos que os currículos escolares necessitam problematizar a questão das psicopatologias na contemporaneidade dentro do universo educacional, sendo a educação para a mídia um campo possível para que essa reflexão passe a ser mobilizada. Essa mobilização, entretanto, passa pela formação docente e pela elaboração de políticas públicas que desenvolvam o tema dentro desse espaço escolar.

Sobre o artigo

Recebido: 06/12/2015

Aceito: 18/04/2016

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Editora Argos, 2009.

AMORIM, L.; MASSARANI, L. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p.73-84, 2008.

AUGUSTI, A. **Jornalismo e Comportamento: os Valores Presentes no Discurso da Revista Veja**. 2005, 181f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

BACCEGA, M. Educação e Tecnologia: diminuindo as distâncias. In: KUPSTAS, Marcia. (org.). **Comunicação em debate**. São Paulo, Moderna, 1997.

BACCEGA, M. O impacto da publicidade no campo comunicação/educação. In: HAUSSEN, D; DORNELLES, B. (org.). **Estudos contemporâneos da comunicação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 67-83.

BELLONI, M. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BELLONI, M. Mídia-educação ou comunicação educacional? Campo novo de teoria e de prática. In BELLONI, M. (Org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 27-45.

BÉVORT, E.; BELLONI, M. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.109, p. 1081-1102, 2009.

CALDAS, G. Comunicação, educação e cidadania: o papel do jornalismo científico. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2003, p.73-80.

CALDAS, G. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.94, p.117-130, 2006.

CECCARELLI, P. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.3, p.471-477, 2005

CLAIR, E. A depressão como objeto jornalístico: explorando o arquivo do Grupo Folha (1970-2009). **Brazilian Journalism Research, Brasília**, v. 8, n. 1, p. 166-182, 2012.

DO VALE, S. **Narrativas midiáticas da medicina: uma história do corpo & seus duplos**. 2012, 160f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2012.

FARIA, M; ZANCHETTA, J. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula**. São Paulo, Editora Contexto, 2002.

FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 1-15.

GAIA, R. **Educomunicação & mídias**. Maceió: EDUFAL, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HENRIQUES, R. **Psicopatologia crítica: guia didático para estudantes e profissionais de psicologia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

LOPES, P. **Educação para os Media nas sociedades multimidiáticas**. Lisboa: CIES-IUL, 2011.

MOREIRA, A. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papyrus, 1997, p.9-28.

MOTTA, L. O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: pragmática jornalística e construção de sentidos. **Comunicação e Espaço Público**, v. 6, n.12, p. 7-38, 2003.

NASCIMENTO, T. Definições de Divulgação Científica por jornalistas, cientistas e educadores em ciências. **Ciência em Tela**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.1-8, 2008.

PEREIRA, F. Introdução à história da psicopatologia: I - Philippe Pinel. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.1, n.2, p.71-84, 1978.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHERMAN, I.; RIBEIRO, M. Ciência e mídia: negociações e tensões. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.244-259, 2006.

TUCHERMAN, I.; CAVALCANTI C.; OITICICA, L. Revistas de divulgação científica e ciências da vida: encontros e desencontros. **Intercom**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 277-295, 2010.